

EDITORIAL

A dimensão institucional que atravessa as pesquisas e práticas em Psicologia é o eixo comum subjacente aos artigos que compõem este número de *Psicologia USP*. Um amplo espectro de objetos de investigação é apresentado, no âmbito da saúde e da educação, desenhando-se ângulos de acesso específicos a temáticas relativas à infância, à adolescência e à família.

Inicialmente, o dispositivo do psicodiagnóstico é examinado à luz da fronteira entre os repertórios conceituais da Psicanálise e da Análise do Discurso, de modo que, ao serem apontados os desdobramentos do contexto institucional na constituição dos resultados do estudo de caso, é feita a proposta do enfoque de estudo institucional de caso, instrumental teórico-metodológico que se coloca na contramão da naturalização desse dispositivo. Os CAPS, serviços públicos de saúde mental, são objeto de reflexão do artigo subsequente, que, a partir da perspectiva psicanalítica, analisa os aspectos éticos, técnicos e políticos implicados na expansão, em nível nacional, desses Centros de Atenção Psicossocial, trazendo para o centro da discussão questões relativas à alta e à alienação na técnica.

Os dois próximos ensaios recortam a escrita de adolescentes como recurso metodológico de investigação e tratamento: o primeiro, amparado no referencial laciano, demonstra como o exercício da escrita pode ser uma forma de tratamento da doença mental, por meio da experiência de uma prática clínica em ateliê de escrita com adolescentes psicóticos; o segundo, tendo como foco de interesse os processos psicológicos envolvidos na eventualidade de uma gravidez, analisa versos de *rap* escritos por adolescentes do sexo feminino, procedentes da periferia de uma metrópole brasileira, e os compara ao discurso oficial presente em um manual sobre saúde sexual e reprodutiva, destacando a inadequação desse último como instrumento de esclarecimento e acompanhamento dessas jovens.

Os três trabalhos seguintes tratam de questões relativas à violência familiar, implicadas na punição doméstica, no abuso sexual de crianças e adolescentes e nos crimes sexuais no âmbito da prática de casamento no Brasil: o primeiro analisa manuais de educação familiar, proeminentes da segunda metade do século XX em diante; o seguinte apresenta uma modalidade de atendimento clínico efetivado a partir de uma intimação judicial, por meio de um modelo de grupo multifamiliar adaptado ao contexto de abuso sexual; o último trabalho examina processos criminais e inquéritos policiais, envolvendo crimes de ordem sexual, entre o final do século XIX e meados do século XX, em uma comarca do estado de São Paulo.

O próximo artigo circunscreve os principais problemas relativos à infância, emergentes na contemporaneidade, destacando a presença de novas perspectivas institucionais para seu encaminhamento, em especial a constituição de uma rede social articulada à esfera pública, na qual é enfatizado o papel fundamental dos Conselhos Tutelares.

Finalmente, a inauguração da seção *Memórias* legitima um espaço para o depoimento, cuja vitalidade, ao dissolver os limites da temporalidade cronológica, cultiva as sementes de presenças exemplares na construção de conhecimento na universidade.

Ana Maria Loffredo